

ao funcionamento da Comissão de Normalização Contabilística, para o que inscreverá uma dotação no seu orçamento.

Ministério das Finanças e do Plano, 29 de Setembro de 1980. — O Ministro das Finanças e do Plano, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Portaria n.º 820/80 de 13 de Outubro

O artigo 66.º do Código do Imposto de Transacções, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 400/80, de 25 de Setembro, permite a adopção de novos processos tendentes a reprimir fraudes fiscais, na medida em que poderão ser responsabilizados os produtores e grossistas pelo imposto devido em virtude da venda de mercadorias a adquirentes desconhecidos ou inexistentes, a coberto de falsas declarações de responsabilidade modelos n.ºs 5 ou 6.

Com efeito, o citado artigo 66.º, na sua actual redacção, impõe aos produtores ou grossistas fornecedores, relativamente à transacção de mercadorias a definir por portaria, a verificação da identidade dos adquirentes através dos respectivos certificados de comerciante e de contribuinte, ficando aqueles obrigados ao pagamento do imposto devido pela transacção e das multas porventura aplicáveis no caso de os adquirentes não se encontrarem devidamente identificados.

Considerando que grande número das fraudes detectadas nesta matéria ocorrem em transacções de bebidas alcoólicas;

Tornando-se urgente fazer cessar tal prática, com vista a defender não apenas os interesses do Estado, mas também os dos contribuintes cumpridores das obrigações fiscais;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças e do Plano, nos termos e para os efeitos do disposto nos §§ 1.º e 2.º do artigo 66.º do Código do Imposto de Transacções, o seguinte:

1.º Nas transacções das bebidas compreendidas nas alíneas d), e) e f) do artigo 22.º do Código do Imposto de Transacções e na verba n.º 5 da lista III anexa ao mesmo Código efectuadas com dispensa da liquidação do imposto mediante a apresentação das declarações de responsabilidade modelos n.ºs 5 ou 6, nos termos dos artigos 64.º e 65.º do referido Código, competirá aos produtores e grossistas fornecedores a verificação da identidade dos adquirentes, devendo para o efeito conferir as mencionadas declarações com os números de certificado de comerciante e de contribuinte através dos respectivos cartões de identificação ou documentos substitutivos, se aqueles não tiverem ainda sido processados.

2.º No caso de inobservância do disposto no número anterior e verificando-se que os adquirentes das referidas mercadorias não foram devidamente identificados, ficam os produtores ou grossistas fornecedores

obrigados ao pagamento do imposto devido e da multa porventura aplicável, nos termos do § 2.º do citado artigo 66.º

Ministério das Finanças e do Plano, 29 de Setembro de 1980. — O Ministro das Finanças e do Plano, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Portaria n.º 821/80 de 13 de Outubro

Mostrando-se conveniente que o pessoal não discente da Universidade do Porto passe a dispor da faculdade de utilizar cartão de identidade próprio:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação e Ciência, o seguinte:

1.º É aprovado, para uso individual de todos os elementos do pessoal não discente da Universidade do Porto, o modelo de cartão de identidade anexo a esta portaria.

2.º O cartão, de cor branca e forma rectangular, tem as dimensões de 106 mm X 72 mm.

3.º As inscrições feitas no anverso do cartão situam-se no interior de um rectângulo com as dimensões de 96 mm X 64 mm, onde, para além das relativas ao nome, categoria e serviço do respectivo titular e à assinatura do administrador da Universidade, virá igualmente impresso:

- a) No canto superior direito, um espaço, com as dimensões de 32 mm X 25 mm, reservado à fotografia do titular;
- b) À esquerda desse espaço, em posição central de equidistância entre a fotografia e o lado esquerdo do referido rectângulo, o emblema da Universidade, de cor rosa.

4.º O verso do cartão mencionará, sucessivamente, a data do nascimento, a filiação, o estado civil, a naturalidade e a residência do titular, contendo, por fim, a assinatura deste.

5.º A emissão do cartão competirá aos serviços administrativos da Universidade, que o autenticarão com a assinatura do administrador e com o selo branco, que será apostado por forma a marcar o canto inferior esquerdo da fotografia e aquela assinatura.

6.º O cartão, que atestará, perante qualquer entidade pública ou privada, a qualidade de funcionário ou agente do seu titular, será substituído logo que se verifique qualquer alteração nos elementos dele constantes e obrigatoriamente devolvido sempre que cesse o exercício de funções.

7.º Em caso de extravio, destruição ou deterioração, passar-se-á uma segunda via, do que se fará referência expressa no próprio cartão, mantendo este, no entanto, o mesmo número.

Ministério da Educação e Ciência, 2 de Setembro de 1980. — O Ministro da Educação e Ciência, *Vitor Pereira Crespo*.